

Companhia do
Metrô Bahia

**Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2018 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

Companhia do Metrô da Bahia

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração	1 - 5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6 - 9
Balanço patrimonial	10
Demonstração do resultado	11
Demonstração do resultado abrangente	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração do fluxo de caixa – método indireto	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15 - 53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

É com grande satisfação que apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia do Metrô da Bahia (CCR Metrô Bahia ou Companhia), acompanhado das Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 e do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 Apresentação

A CCR Metrô Bahia é uma empresa do Grupo CCR, uma das maiores companhias de concessões em infraestrutura da América Latina. Desde 2013, a concessionária é responsável pela construção, manutenção e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, por um período de 30 anos, através de uma Parceria Público-Privada (PPP), com investimentos na ordem de R\$ 5,8 bilhões. Além disso, foi o sistema metroviário que mais cresceu na América Latina nos últimos anos, gerando cerca de oito mil empregos no auge das obras.

O metrô é um importante vetor da ampliação da mobilidade urbana de Salvador, contribuindo com a redução de gargalos na cidade de Salvador e região metropolitana trazendo com ele a melhoria da qualidade ambiental, com redução do número de veículos nas ruas, e melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos, com um sistema de transporte público moderno, rápido, seguro e sustentável.

1.3 Destaques de 2018

Com investimento de cerca de R\$ 0,5 bilhão, a concessionária concluiu o projeto de implantação do metrô baiano com a entrega da Estação Aeroporto e a chegada à Região Metropolitana de Salvador, colocando a cidade como uma das três capitais brasileiras a ter o modal interligando o centro ao aeroporto. No mesmo ano, foi finalizado o projeto paisagístico e urbanístico do canteiro central da Avenida Paralela que conta com pista de caminhada e ciclovia de 12 km. Atualmente, a CCR Metrô Bahia opera duas linhas, com 33 km de extensão, 20 estações, 8 terminais de integração com ônibus, frota de 40 trens, emprega cerca de 1.500 colaboradores e possui mais de 2 mil câmeras de monitoramento interligadas ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

Em 2018, a Companhia concluiu a implantação das obras e serviços em cumprimento do Contrato de Concessão que permite transportar cerca de 600 mil clientes por dia, tendo os seguintes destaques: (i) Inauguração do Terminal de Integração de Ônibus Rodoviária Norte, pertencente à Linha 2; (ii) Inauguração do Terminal de Integração de Ônibus Pituacu, pertencente à Linha 2; (iii) Inauguração da Estação Aeroporto, pertencente à Linha 2, bem como o serviço de “shuttle”, composto por um sistema de coletivos integrados para levar passageiros até o Aeroporto Internacional de Salvador; (iv) Inauguração do Terminal de Integração de Ônibus Aeroporto, pertencente à Linha 2; (v) Conclusão e entrega de 14 passarelas ao longo da linha 2 (Estações Pernambués, Rodoviária, Imbuí, CAB, Pituacú, Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz, Mussurunga, Aeroporto, Stella Maris, Hospital Sarah, Madeireira Brotas e Salvador Shopping); (vi) Conclusão e entrega da ciclovia e pista de caminhada da Linha 2, com 12 km de extensão; (vii) Conclusão e entrega de 2 novos viadutos (Viaduto 2 de Julho e Viaduto Rua das Locadoras).

A CCR Metrô Bahia transportou quase 90 milhões de pessoas em 2018 e realizou mais de 240 mil viagens. No total, os trens percorreram mais de 3,6 milhões de quilômetros. O crescimento dos números de transportados, de viagens e distância percorrida foi puxado pela inauguração da Estação Aeroporto, ocorrida em abril de 2018, e de novos terminais de integração com ônibus, como o de Pítuaçu e do Aeroporto. Desde 2014, início da operação, a Concessionária já transportou mais de 152 milhões de pessoas.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 O mercado

O Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) está inserido em uma região de grandes polos geradores de tráfego nos municípios de Salvador e Lauro de Freitas, tendo como destaque os setores de comércio, serviços, educação e saúde. A implantação do SMSL possibilita mais benefícios sociais e qualidade de vida, expressos pela redução do tempo de viagem despendido pela população e pela redução da emissão de poluentes, modernizando e solucionando parte dos problemas relacionados à mobilidade urbana da região, reestruturando o sistema viário, integrando com outros modais e proporcionando um sistema de transporte coletivo eficiente.

2.2 Desempenho da Companhia

R\$ mil	2018	2017	Variação %
Receita Operacional	1.006.168	2.159.523	-53%
Custos e despesas totais	(805.634)	(2.013.922)	-60%
Resultado Financeiro	(137.793)	(140.316)	-2%
Lucro Líquido	40.292	1.931	1987%
Dívida Bruta	3.553.271	3.890.759	-9%

Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro

2.2.1 Receita operacional

A receita metroviária em 2018 totalizou R\$ 217.148 (139% superior à 2017) e representou 86% do total da receita (excluindo receita de construção e receita de remuneração dos ativos). O incremento da receita metroviária é consequência da inauguração da estação Aeroporto e dos novos Terminais de Integração com os ônibus, ocorridos no decorrer do ano. Já a receita de construção apresentou redução de 72% (de R\$1.781.345 para R\$ 504.901) devido o menor volume de investimentos em 2018 com a finalização de implantação do projeto.

2.2.2 Custos e despesas totais

O principal motivo da variação dos custos e despesas totais está relacionado aos menores custos de construções, devido o menor volume de investimentos em 2018 com a finalização de implantação do projeto.

2.2.3 Lucro líquido

Verificou-se uma melhora no lucro líquido da Companhia, apresentando um aumento de cerca de R\$ 38 milhões, decorrente principalmente do incremento de receita com a ampliação da malha metroviária, de entrada em operação dos novos terminais de integração e da estação metroviária Aeroporto.

2.2.4 Dívida

Em 2018, a Companhia iniciou a amortização do financiamento de longo prazo contratado no ano de 2015 junto ao BNDES e a reestruturação do perfil da dívida, com taxas e prazos atrativos, reduzindo a dívida bruta consolidada de R\$ 3.890.759 em 2017 para R\$ 3.553.271 em 2018.

2.3 Perspectivas

Em 2019, a Companhia prevê o início da Operação Plena do SMSL, iniciando a medição do compartilhamento da demanda com o Concedente, a assinatura do Termo Aditivo nº 6 contemplando reequilíbrio de novos investimentos a favor da Companhia, e a continuidade do corte de linhas de ônibus proporcionando aumento da integração com o SMSL agregando valor na Receita Operacional da Companhia.

3. Estratégia e Gestão

3.1 Governança Corporativa

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, e subsidiária integral da CPC (Companhia de Participações em Concessões).

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Eduardo de Toledo o Presidente do Conselho, e Arthur Piotto Filho e Paulo Yukio Fukuzaki os demais membros efetivos. A Diretoria, composta por dois membros, foi eleita pelo Conselho de Administração sendo Rodolfo Daniel Gonzalez (Diretor Presidente) e Roberto Vollmer Labarthe (Diretor Administrativo Financeiro).

3.2 Gestão de Pessoas

Sabemos que o sucesso do negócio depende de profissionais devidamente qualificados e comprometidos com os objetivos estratégicos da empresa. Para isso, é necessário assegurar a atração, a retenção e o desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2018, reestruturamos e otimizamos o quadro de pessoal da Companhia, seguindo os treinamentos e qualificações de colaboradores, visando a implantação do modelo de gestão, normas e procedimentos do Grupo CCR. Encerramos o ano com 1.341 colaboradores diretos atuando na concessionária.

Foram investidos R\$ 941 mil em programas de capacitação dos colaboradores, correspondendo a 52 mil homens horas treinados. Além disso, conferimos aos nossos colaboradores, nos termos de nossa política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev PGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S/A e outros benefícios sociais como programas de auxílio e ou suplementares ao bem-estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos.

4. Sustentabilidade

A gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais é estratégica para o Grupo CCR, pois viabiliza a operação e melhoria das concessões de infraestrutura com respeito total às pessoas e cuidado com o meio ambiente. Com um portfólio diversificado de modais administrados, a companhia evolui e reforça a sua capacidade de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Em sua estrutura de governança, o Grupo CCR conta com o Comitê de Estratégia e de Sustentabilidade, que, entre outras atribuições, assessora o Conselho de Administração na identificação de temas críticos e mapeamento de boas práticas socioambientais da companhia e benchmarkings setoriais. Essa atuação é fortalecida pelo Comitê Executivo de Sustentabilidade, responsável pela execução da estratégia de sustentabilidade em curto, médio e longo prazo.

As unidades que administram as concessões possuem Comitês de Sustentabilidade próprios, que atuam no sentido de estabelecer metas e desenvolver planos de ação direcionados para a atuação responsável e sustentável.

Criado em 2014, o Instituto CCR amplifica os impactos positivos que contribuem para o desenvolvimento social das comunidades nos municípios do entorno das concessões. Com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso, PRONAS e PRONON), o Instituto CCR investe e mobiliza parceiros em torno de projetos que valorizam a educação e a cidadania, a cultura e o esporte, a saúde e a qualidade de vida, a consciência ambiental e a segurança viária. Para conhecer os projetos e investimentos do Instituto CCR, acesse o site em www.institutoccr.com.br.

4.1 Compromissos

Direcionado por seus objetivos estratégicos, o Grupo CCR participa ativamente de iniciativas reconhecidas internacionalmente e que contribuem para o fortalecimento e modernização da sua visão de sustentabilidade, com destaque para:

- ✓ Pacto Global (ONU)
- ✓ Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
- ✓ Carbon Disclosure Program (CDP)
- ✓ Global Reporting Initiative (GRI)
- ✓ Relato Integrado (IIRC)

Anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do Relatório Anual e de Sustentabilidade. A edição mais recente do Relatório Anual e de Sustentabilidade está disponível em www.grupoccr.com.br/ri2018.

A CCR Metrô Bahia desenvolve anualmente campanhas socioambientais para os colaboradores e clientes do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, em parceria com o Instituto CCR, além de promover os projetos sociais via leis de incentivo. Em Salvador e região metropolitana, 8 campanhas institucionais foram desenvolvidas tanto para colaboradores quanto para clientes do sistema, destacando campanhas como Doe Sua Roupas com arrecadação de mais de 65.000 peças de roupas e doações para 13 instituições do entorno do sistema; Dia Mundial do Meio Ambiente através da realização de plantio de 50 mudas nativas e Dia do Voluntariado com a participação de 54 voluntários desenvolvendo atividades de lazer com idosos do Lar Irmão José. Além das campanhas, 6 projetos sociais foram realizados (FLIPELO, o NEOJIBA e as Obras Sociais Irmã Dulce).

Em 2018 foram investidos mais de R\$ 5 milhões para compensação ambiental dos impactos gerados com as obras de finalização da implantação do sistema através de plantio de cerca de 5.000 indivíduos arbóreos, principalmente de espécies nativas.

Neste ano, destacamos o início da operação da Estação de Tratamento de Efluentes - ETE gerados do Pátio Pirajá como medida de prevenção à poluição. A ETE foi instalada com o objetivo de reduzir o impacto do lançamento de efluentes no Rio Camurujipe e atendimento a requisitos legais ambientais.

Diversas campanhas foram desenvolvidas ao longo do ano com o objetivo de garantir uma viagem segura para todos os clientes e alertar sobre os cuidados que deverão ser tomados para evitar acidentes como Liga da Segurança, Tô de Olho, Todos juntos com Você, Dicas de Segurança de Embarque e Desembarque. Para os colaboradores, a Companhia realizou a campanha Comportamento Seguro e a Semana Nacional do Trânsito com o intuito de orientação sobre direção segura.

O projeto *Vêm pra Cá* é um calendário de ações que promove eventos durante todo o ano nas estações de metrô da cidade. O projeto acontece desde 2015 e já explorou temas como saúde, cultura, entretenimento, música, exposição fotográfica.

4.2 Reconhecimentos

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela CCR Metrô Bahia em 2018 foram:

- ✓ Presença na 14ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial;
 - ✓ O projeto arquitetônico das estações tipo da Linha 2 foi selecionado para o Mies Crown Hall Americas Prize, do Illinois Institute of Technology;
- A CCR Metrô Bahia foi reconhecida como um caso de sucesso pela Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos – ANPTrilhos baseado no caso de Ouvidoria.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

A CCR Metrô Bahia agradece ao Acionista pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado da Bahia, às Prefeituras Municipais de Salvador e Lauro de Freitas, aos fornecedores, instituições financeiras e seguradoras pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

5.2 Auditores Independentes

Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com as práticas adotadas no Brasil, a partir das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

Salvador, 08 de abril de 2019.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metrô da Bahia
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia do Metrô da Bahia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia do Metrô da Bahia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas 2(l) e 8, a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas e alto grau de julgamento inerente ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros que se baseia em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, a evolução demográfica, volume de tráfego, entre outras.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos o recálculo matemático das projeções dos lucros tributáveis futuros para a realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, avaliamos as principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparamos as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas. Consideramos também a adequação das divulgações nas notas explicativas nº 2(l) e 8, em especial em relação ao prazo estimado para utilização do crédito tributário registrado decorrente de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Adicionalmente, consideramos também as divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Do assunto que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Balço patrimonial

em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	56.640	26.030
Aplicações financeiras	6	23.661	3.278
Ativo financeiro	7	280.616	413.656
Adiantamento à fornecedor		56.193	62.555
Tributos a recuperar		12.073	8.587
Contas a receber		30.923	7.221
Contas a receber - partes relacionadas	9	227	51
Contas a receber - operação de derivativos	19	72	2.770
Estoques		8.879	7.958
Despesas antecipadas e outros		6.722	5.692
Total do ativo circulante		476.006	537.798
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Ativo financeiro	7	1.740.119	1.625.129
Tributos a recuperar		5.124	20.732
Adiantamento à fornecedor		-	25.720
Tributos diferidos	8b	82.088	103.842
Despesas antecipadas e outros		578	1.810
		1.827.909	1.777.233
Imobilizado			
Intangível	10	47.591	45.472
Intangível em construção	11	2.315.806	2.345.382
	11	493.891	-
Total do ativo não circulante		4.685.197	4.168.087
Total do ativo		5.161.203	4.705.885

	Nota	2018	2017 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante			
Financiamentos	12	52.447	26.834
Debêntures	13	466.509	540.750
Fornecedores	14	168.698	223.050
Contas a pagar - operações de derivativos	19	832	182
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	6.300	971
Impostos e contribuições a recolher		1.944	10.057
Obrigações sociais e trabalhistas		25.739	27.252
Outras contas a pagar		328	585
Total do passivo circulante		722.797	829.681
Não circulante			
Financiamentos	12	2.971.910	2.715.418
Debêntures	13	62.405	435.470
Mútuos - partes relacionadas	9	-	172.287
Impostos e contribuições a recolher		-	3.072
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	15	247	55
Total do passivo não circulante		3.034.562	3.326.302
Patrimônio líquido			
Capital social	16a	1.570.342	755.342
Prejuízos acumulados	16c	(166.793)	(207.085)
Ajuste de avaliação patrimonial	16b	295	1.645
Total do passivo e patrimônio líquido		5.161.203	4.705.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	17	1.006.168	2.159.523
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(504.901)	(1.781.345)
Serviços		(34.712)	(38.003)
Depreciação e amortização	10 e 11	(54.910)	(16.273)
Custo com pessoal		(92.727)	(72.026)
Energia elétrica		(28.660)	(13.634)
Materiais equipamentos e veículos		(9.546)	(8.032)
Outros		(19.661)	(18.919)
		<u>(745.117)</u>	<u>(1.948.232)</u>
Lucro bruto		<u>261.051</u>	<u>211.291</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(26.707)	(27.468)
Serviços		(15.246)	(18.707)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.996)	(1.821)
Depreciação e amortização	10 e 11	(4.987)	(2.199)
Campanhas e eventos		(1.618)	(2.742)
Ressarcimento a terceiros		(4.841)	(5.439)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(2.051)	(3.719)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(12)	1
Outros		(4.388)	(3.805)
		<u>(61.846)</u>	<u>(65.899)</u>
Outros resultados operacionais		<u>1.329</u>	<u>209</u>
Resultado antes do resultado financeiro		200.534	145.601
Resultado financeiro	18	<u>(137.793)</u>	<u>(140.316)</u>
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		62.741	5.285
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8a	<u>(22.449)</u>	<u>(3.354)</u>
Lucro líquido do exercício		40.292	1.931
Lucro líquido por ação (em reais - R\$)	16	<u>0,03743</u>	<u>0,00223</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração do resultado abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	40.292	1.931
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado		
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	10.512	(10.048)
Ativação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(12.557)	43.474
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	695	(11.365)
	<u>(1.350)</u>	<u>22.061</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>38.942</u>	<u>23.992</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
	Subscrito	A integralizar			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	366.342	(36.342)	(209.016)	(20.416)	100.568
Capital social integralizado em 02 de janeiro de 2017	-	36.342	-	-	36.342
Aumento de capital em 09 de março de 2017	307.000	-	-	-	307.000
Aumento de capital em 10 de outubro de 2017	82.000	-	-	-	82.000
Lucro líquido do exercício	-	-	1.931	-	1.931
Outros resultados abrangentes	-	-	-	22.061	22.061
Saldos em 31 de dezembro de 2017	755.342	-	(207.085)	1.645	549.902
Aumento de capital em 31 de janeiro de 2018	247.000	-	-	-	247.000
Aumento de capital em 27 de setembro de 2018	263.000	-	-	-	263.000
Aumento de capital em 29 de novembro de 2018	305.000	-	-	-	305.000
Lucro líquido do exercício	-	-	40.292	-	40.292
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.350)	(1.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.570.342	-	(166.793)	295	1.403.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	40.292	1.931
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.449	3.354
Depreciação e amortização	59.897	18.472
Baixa do ativo imobilizado e intangível	159	3
Juros e variação monetária sobre financiamentos e debêntures	375.981	345.646
Ajuste a valor presente do ativo financeiro	(249.118)	(270.291)
Capitalização de custo de empréstimos	(237.615)	(248.052)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(234)	4
Provisão para perda esperada - contas a receber	12	-
Constituição e reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3.987	4.891
Atualização monetária sobre riscos cíveis e trabalhistas	23	31
Juros e variações monetárias sobre mútuo com partes relacionadas	178	48.698
	(24.281)	(97.244)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(23.714)	(3.030)
Contas a receber - partes relacionadas	(176)	(44)
Tributos a recuperar	12.122	(104)
Ativo financeiro	(240.597)	(1.048.743)
Recebimento ativo financeiro	507.765	889.254
Despesas antecipadas e outros créditos	202	(7.831)
Estoques	(921)	(2.847)
Adiantamento a fornecedores	32.082	878
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(62.920)	173.375
Fornecedores - partes relacionadas	13.317	(2.914)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.513)	2.962
Impostos e contribuições a recolher	(11.185)	11.166
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(3.818)	(5.463)
Outras contas a pagar	(257)	4.213
Caixa líquido proveniente das / (usado) nas atividades operacionais	236.398	(84.441)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.555)	(4.576)
Adições ao ativo intangível	(293.991)	(463.379)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(20.383)	(3.278)
Liquidação da operação com derivativos	13.860	(66.577)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(304.069)	(537.810)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos com partes relacionadas:		
Captações	-	510.000
Pagamentos	(175.537)	(383.339)
Financiamentos e debêntures:		
Captações	611.314	952.829
Pagamentos de principal	(846.624)	(610.000)
Pagamentos de juros	(305.872)	(415.432)
Integralização de capital	815.000	425.342
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	98.281	479.400
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	30.610	(142.851)
Demonstração aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	26.030	168.881
No final do exercício	<u>56.640</u>	<u>26.030</u>
	30.610	(142.851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo realizar a exploração da concessão patrocinada pelo Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL) outorgada pelo Estado da Bahia, compreendendo sua implantação, operação e manutenção e todas as atividades necessárias ou convenientes a este fim, incluindo, sem se limitar, a execução de serviços e obras, compra de equipamentos, montagens, adequação, manutenção e operação dos terminais de integração de passageiros, a implantação e gestão do sistema de bilhetagem eletrônica, e os demais atos correlatos ao cumprimento do contrato de concessão decorrente da concorrência promovida pelo Governo do Estado da Bahia.

A Concessão compreende os terminais de integração de passageiros, sendo eles: Acesso Norte, Retiro, Pirajá, Rodoviária Norte, Rodoviária Sul, Pituaçu, Mussurunga e Aeroporto; e, duas linhas metroviárias abrangendo 23 Estações, sendo elas: Lapa, Campo da Pólvora, Brotas, Bonocô, Acesso Norte 1, Acesso Norte 2, Retiro, Bom Juá, Pirajá, Campinas, Cajazeiras/Águas Claras, Detran, Rodoviária, Pernambués, Imbuí, CAB, Pituaçu, Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz, Mussurunga, Aeroporto e Lauro de Freitas, num total de 41km de linha metroviária, sendo que a operação se desenvolverá de acordo com os Marcos Operacionais previstos no Contrato.

A Companhia do Metrô da Bahia, de capital fechado, foi constituída em 9 de setembro de 2013 e o Contrato de Concessão assinado com o Governo do Estado da Bahia em 15 de outubro de 2013, pelo prazo de 30 anos.

Em 25 de agosto de 2014, foram inaugurados a estação e o terminal de integração de ônibus de Retiro, pertencentes à Linha 1.

Em 23 de abril de 2015, a Companhia inaugurou a estação Bom Juá, pertencente à Linha 1.

Em 13 de maio de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 1 ao contrato de concessão, que desmembrou o Evento de Aporte nº 5 em 3 novos eventos, sem alteração do valor total.

Em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o Termo Aditivo nº 2 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Transferência para a Companhia do Metrô da Bahia da responsabilidade pelo fornecimento da instalação de duas subestações retificadoras de energia elétrica;
- Adequação do projeto do Complexo de Manutenção de Pirajá e da localização da Estação Pirajá, para viabilizar a implantação do Trecho 3 da Linha 1 até Cajazeiras;
- Alteração do modelo operacional e de interligação das Linhas 1 e 2 do SMSL da Estação Bonocô para a Estação Acesso Norte;
- Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em decorrência das alterações acima mencionadas; e
- Reprogramação dos eventos de aportes previstos originalmente no Contrato de Concessão e no Aditivo nº 1, sem alteração do seu valor total, e dos marcos operacionais.

Em 11 de janeiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Acesso Norte, pertencente às Linha 1 e Linha 2.

Em 04 de fevereiro de 2016, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pirajá, pertencente à Linha 1.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 11 de fevereiro de 2016, a Companhia iniciou a operação comercial da Estação de Pirajá, pertencente à Linha 1.

Em 15 de maio de 2016, a Companhia iniciou a operação plena da Linha 1, com todas as estações dessa Linha funcionando diariamente das 5 horas da manhã até à meia noite, inclusive sábados, domingos e feriados.

Em 3 de outubro de 2016, foi assinado o Termo Aditivo nº 3 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Desmembramento de alguns eventos de aportes, modificados a partir do termo aditivo nº 2, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço, de modo que o recebimento dos aportes de recursos, pela Companhia, guarde maior proporcionalidade com as etapas efetivamente executadas;
- Definição das regras e procedimentos para a integração física e tarifária com as linhas de ônibus metropolitanos.

Em 5 de dezembro de 2016, a Companhia iniciou a operação do primeiro trecho da Linha 2, abrangendo as estações Acesso Norte 2, Detran e Rodoviária.

Em 23 de maio de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Pernambués, Imbuí, CAB e Pituaçu), totalizando quinze estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, sete na Linha 2 e mais de 20 quilômetros de via.

Em 25 de julho de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 4 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Reequilíbrios econômico-financeiro do Contrato em decorrência de investimentos não previstos (R\$ 172.936 – base 04/2013);
- Reprogramação de alguns eventos de aportes e de marcos operacionais, a fim de garantir uma maior eficiência na prestação do serviço e no recebimento dos aportes de recursos.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia inaugurou mais quatro novas estações da Linha 2 (Flamboyant, Tamburugy, Bairro da Paz e Mussurunga), totalizando dezenove estações em pleno funcionamento, sendo oito na Linha 1, onze na Linha 2 e 29 quilômetros de via em operação. Além disso, concluiu a reforma do Terminal de Ônibus Mussurunga.

Em 11 de outubro de 2017, por decisão do Poder Concedente, foi efetuada amortização antecipada de parte das contraprestações ajustadas no Aditivo 4 ao Contrato de Concessão, no montante de R\$ 100.000, sendo que os saldos remanescentes foram considerados no Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão assinado em 4 de junho de 2018.

Em 04 de janeiro de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Rodoviária Norte, pertencente a Linha 2.

Em 23 de março de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Pituaçu, pertencente à Linha 2.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de abril de 2018, a Companhia inaugurou a estação Aeroporto, pertencente à Linha 2, bem como o serviço de “*shuttle*”, composto por um sistema de coletivos integrados para levar passageiros até terminal aéreo.

Em 4 de junho de 2018, foi assinado o Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão, que ratificou o montante de contraprestação anual marginal a ser pago pelo Poder Concedente com o desmembramento das contraprestações anuais marginais 4, 5 e 6 para as contraprestações 7, 8 e 9, respectivamente, e após o pagamento antecipado de R\$ 100.000 em 11 de outubro de 2017, o qual havia sido firmado no Termo de Compromisso celebrado em 25 de julho de 2017, para fins de amortização de investimentos reequilibrados no Termo Aditivo nº 4. Essa antecipação de pagamento quitou integralmente a contraprestação anual marginal 3 e parcialmente as contraprestações anuais marginais 4 e 6.

Em 08 de agosto de 2018, foi inaugurado o terminal de integração de ônibus de Aeroporto, pertencente a Linha 2.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

b) *Receitas de contratos com clientes*

A Companhia adotou o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 estão descritos na letra “o” desta nota.

As receitas metroviárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô.

As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços,

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 estão descritos na letra “o” desta nota.

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As três principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR ou VJORA:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ao VJR ou VJORA. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR ou ao VJORA, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos e passivos financeiros são mensurados ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- Forem mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do *hedge* de fluxo de caixa, em que a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é mensurada ao VJORA.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros como *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “n”.

Os ativos em fase de construção são classificados como intangível em construção.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível a Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

n) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar dos usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão metroviária, tendo sido adotada a curva estimada de passageiros como base para a amortização.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- **CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas suas Demonstrações Financeiras, em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante quanto em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada.

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018 era de R\$ 1.257.857.

- **CPC 48 – Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	7.221	7.221
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	2.038.785	2.038.785
Adiantamento a fornecedor	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	88.275	88.275
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	51	51
Contas a receber - operações com derivativos	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado abrangente (a)	2.770	2.770
Contas a pagar - operações com derivativos	Valor justo através do resultado	Valor justo através do resultado abrangente (a)	(182)	(182)

(a) As alterações nas classificações referem-se apenas a modificações nas nomenclaturas das categorias dos instrumentos financeiros, sem efeito na classificação e mensuração contábil, pois os mesmos já eram tratados no resultado abrangente, conforme permitido pela contabilidade de *hedge* (*hedge* de fluxo de caixa).

ii. *Impairment de ativos financeiros*

Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

iii. *Contabilidade de hedge*

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de *hedge* do CPC 48. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48 não teve impacto no momento de adoção da nova norma.

p) *Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas*

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

A CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da CPC 06 (R2) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não se espera que a adoção do CPC 06 (R2) produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em financiamentos e debêntures.

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

A Companhia pretende aplicar a CPC 06 (R2) inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras normas

A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC.
- CPC 11 contratos de seguros

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 08 de abril de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2n Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 19 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Reapresentação

Para melhor apresentação do balanço patrimonial do exercício de 2017, o saldo de Câmara de compensação no montante de R\$ 5.684 foi apresentado pelo saldo líquido por atender os critérios de compensação do CPC 39.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de NDF (*non deliverable forward*), que visam à proteção contra riscos cambiais.

Operações de NDF de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras,

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativo aos financiamentos, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 12, 13 e 19.

As tarifas da concessão são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº19.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	317.166	311.047	311.047	311.047	6.169.094
Debêntures (a)	500.893	64.809	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	169.026	-	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	6.300	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 246.761 (R\$ 291.883 em dezembro de 2017) substancialmente composto por fornecedores, financiamentos e debêntures a pagar, detalhados nas notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	2.277	2.134
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	54.363	23.896
	56.640	26.030
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	23.661	3.278
	23.661	3.278

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 98,42% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano (98,65% do CDI, equivalente a 9,76% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Ativo financeiro

	2017		2018			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferências	
Circulante						
Aporte público (i)	254.869	100.958	(269.639)	6.872	-	93.060
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	158.787	80.460 (a)	(238.126)	-	186.435	187.556
Total ativo circulante	413.656	181.418	(507.765)	6.872	186.435	280.616
Não circulante						
Contraprestação pecuniária - parcela fixa (ii)	1.625.129	59.179 (b)	-	242.246	(186.435)	1.740.119
Total não circulante	1.625.129	59.179	-	242.246	(186.435)	1.740.119

Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária do Poder Concedente, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, sendo que os valores são registrados pelo seu valor presente, calculados pela taxa interna de retorno do contrato, à medida da evolução física das melhorias efetuadas.

O recebimento será da seguinte forma: (i) aporte público: ao término da implantação de cada evento operacional e (ii) contraprestação pecuniária – parcela fixa: após o início das operações e mensalmente de forma crescente até o término da concessão.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de recebimento – não circulante

2020	166.197
2021	152.010
2022	138.917
2023	126.908
2024 em diante	1.156.087
	<u>1.740.119</u>

- (a) R\$ 51.801 refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do Contrato de Concessão; e
- (b) Em 04 de junho de 2018, foi assinado o Termo Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão, o qual promoveu diversas alterações em relação às contraprestações anuais marginais de nºs 4, 5 e 6, no montante de (R\$ 3.817).

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	62.741	5.285
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(21.332)	(1.797)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(873)	(1.422)
Despesas indedutíveis	(220)	(134)
Outros ajustes tributários	(24)	(1)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(22.449)	(3.354)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(22.449)	(3.354)
	<u>(22.449)</u>	<u>(3.354)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>35,78%</u>	<u>63,46%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 2018					
	2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
	IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	451.071	129.465	-	580.536	580.536
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.764	597	-	3.361	3.361	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	-	4	-	4	4	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	18	66	-	84	84	-
Déficit com receita tarifária	2.144	1.604	-	3.748	3.748	-
Resultado de operações com derivativos	(1.031)	4.712	695	4.376	4.376	-
Receita de remuneração de ativos financeiros	(188.838)	(76.623)	-	(265.461)	-	(265.461)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(162.286)	(82.342)	-	(244.628)	28.523	(273.151)
Outros	-	68	-	68	68	-
	103.842	(22.449)	695	82.088	620.700	(538.612)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(538.612)	538.612
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	103.842	(22.449)	695	82.088	82.088	-

	Saldo em 2017					
	2016	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
	IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	239.612	211.459	-	451.071	451.071
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3.039	(275)	-	2.764	2.764	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	202	(184)	-	18	18	-
Déficit com receita tarifária	-	2.144	-	2.144	2.144	-
Resultado de operações com derivativos	32.970	(22.636)	(11.365)	(1.031)	-	(1.031)
Receita de remuneração de ativos financeiros	(104.125)	(84.713)	-	(188.838)	-	(188.838)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(53.139)	(109.147)	-	(162.286)	42.570	(204.856)
Outros	2	(2)	-	-	-	-
	118.561	(3.354)	(11.365)	103.842	498.567	(394.725)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(394.725)	394.725
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	118.561	(3.354)	(11.365)	103.842	103.842	-

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2022	1.499
2023	15.145
2024 em diante	563.892
	580.536

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

(b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transação), composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, os profissionais chave da administração e outras partes relacionadas:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018					
	Transações				Saldos	
	Custos de construção	Serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Despesas Financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e outras contas a pagar
Controladora						
CCR	-	2.814 (a)	-	178 (e)	34 (c)	424 (a)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	3.725 (b)	2.676 (b)	-	61 (c)	291 (b)
AutoBAn	-	-	-	-	13 (c)	2 (c)
SAMM	-	170 (f)	-	-	-	-
ViaOeste	-	-	-	-	56 (c)	15 (c)
ViaQuatro	-	-	-	-	5 (c)	14 (c)
Via Mobilidade	-	-	-	-	58 (c)	-
Consórcio Mobilidade Bahia	5.064 (d)	-	3.337 (d)	-	-	5.554 (d)
Construções e Comércio Camargo						
Correa S.A	24.578 (d)	-	-	-	-	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	24.578 (d)	-	-	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2018	54.220	6.709	6.013	178	227	6.300

	2017					
	Transações				Saldos	
	Custos de construção	Serviços prestados	Imobilizado /Intangível	Despesas Financeiras	Ativo Contas a receber	Passivo Mútuo e outras contas a pagar
Controladora						
CCR	-	2.756 (a)	-	48.698 (e)	-	172.287 (e)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	3.516 (b)	3.626 (b)	-	8 (c)	633 (b)
AutoBAn	-	-	-	-	1 (c)	-
NovaDutra	-	-	-	-	38 (c)	109 (c)
MSVia	-	-	-	-	4 (c)	13 (c)
Construções e Comércio Camargo						
Correa S.A	340.328 (d)	-	-	-	-	-
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	340.328 (d)	-	-	-	-	-
Total, 31 de dezembro de 2017	680.656	6.272	3.626	48.698	51	172.287
Total, 31 de dezembro de 2016	1.121.812	5.954	4.224	-	7	813

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	3.675	5.574
Outros benefícios:		
Provisão de remuneração variável		
Provisão para remuneração variável no ano a pagar no ano seguinte	2.295	2.229
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1.299	3.475
Previdência privada	78	144
Seguro de vida	8	12
	<u>7.355</u>	<u>11.434</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração dos administradores (g)	<u>2.446</u>	<u>2.688</u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Assembleia Geral Ordinária realizada (AGO) em 10 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 13.300, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao faturamento;
- b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês subsequente ao faturamento;
- c) Refere-se aos encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- d) Refere-se ao contrato por administração sob regime de aliança para a prestação de serviços de obras de construção e melhorias no Metrô Bahia.

O principal diferencial do Contrato de Aliança é configurar uma parceria em que, em vez de apenas serem contratadas para as obras, as construtoras contribuem para a definição do orçamento de forma participativa e transparente - incluindo a predeterminação do lucro esperado. Os construtores poderão obter uma bonificação financeira em percentual sobre o valor do lucro acordado se o resultado for melhor do que o projetado, ou serem penalizados até o limite de sua remuneração se houver perdas ou frustração dos resultados e cronogramas.

Em atenção às melhores práticas de governança priorizadas pelo Novo Mercado e às práticas internas do próprio Grupo CCR, foram contratadas: (i) empresa independente para avaliar o processo de previsão dos custos de modo a assegurar que os valores do orçamento são compatíveis com os preços de mercado; e (ii) empresa de assessoria específica, com experiência comprovada, para acompanhar o andamento das obras e sua aderência ao cronograma e orçamento, visando assegurar a performance esperada do Contrato de Aliança.

Em 14 de novembro de 2018, foi formalizado entre o Metrô Bahia e o Consórcio Mobilidade Bahia, o Termo de Encerramento de Aliança e Outras Avenças, o qual estabeleceu o encerramento do contrato celebrado entre as partes e os procedimentos decorrentes de determinadas responsabilidades pecuniárias cabíveis ao Consórcio, que foram assumidas pelo Metrô Bahia desde 14 de novembro de 2018, data de sua assinatura;

- e) Contrato de mútuo, remunerado à variação de 127,67% do CDI. O vencimento do contrato era 31 de dezembro de 2020. Em 04 de janeiro de 2018 ocorreu a liquidação antecipada do mútuo;
- f) Contrato de prestação de serviços de transmissão de dados e internet com vigência até junho de 2019; e
- g) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	2017		2018		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.102	-	-	7.002	11.104
Máquinas e equipamentos	6.525	-	(40)	1.331	7.816
Sistemas operacionais	15	-	-	15	30
Veículos	4.556	-	(239)	1.432	5.749
Instalações e edificações	295	-	-	103	398
Imobilizações em andamento	35.067	11.894	-	(16.455)	30.506
	<u>50.560</u>	<u>11.894</u>	<u>(279)</u>	<u>(6.572)</u>	<u>55.603</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.339 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 7.103 em dezembro de 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 9,86% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,37% a.a. em 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(792)	(858)	-	-	(1.650)
Máquinas e equipamentos	11	(1.944)	(976)	19	1	(2.900)
Sistemas operacionais	11	(6)	(3)	-	-	(9)
Veículos	25	(2.051)	(1.174)	170	-	(3.055)
Instalações e edificações	100	(295)	(103)	-	-	(398)
		<u>(5.088)</u>	<u>(3.114)</u>	<u>189</u>	<u>1</u>	<u>(8.012)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

11. Intangível

Movimentação do custo

	2017		2018				
	Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.357.910	(1.257.857)	-	-	1.285.474	-	2.385.527
Direitos de uso de sistemas informatizados	5.501	-	-	(97)	(340)	-	5.064
Intangível	<u>2.363.411</u>	<u>(1.257.857)</u>	<u>-</u>	<u>(97)</u>	<u>1.285.134</u>	<u>-</u>	<u>2.390.591</u>
Intangível em construção	<u>-</u>	<u>1.257.857</u>	<u>477.571</u>	<u>-</u>	<u>(1.278.562)</u>	<u>37.025</u>	<u>493.891</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 229.276 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 240.949 em 31 de dezembro de 2017). A taxa média de capitalização em 2018 foi de 9,86% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo de debêntures e empréstimos) e 8,37% a.a. em 2017.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, despesas de *hedge accounting* no montante de R\$ 12.557 em 31 de dezembro de 2018 (acrescidos ganhos de R\$ 43.474 em 31 de dezembro de 2017).

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(c)	(16.754)	(55.660)	-	(1)	(72.415)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.275)	(1.123)	28	-	(2.370)
		<u>(18.029)</u>	<u>(56.783)</u>	<u>28</u>	<u>(1)</u>	<u>(74.785)</u>

- (a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) O valor refere-se a adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 37.025, cujas notas fiscais foram recebidas em 2018.
- (c) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorrido	Saldos dos custos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017
Em moeda nacional							
1. BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	35.482	Outubro de 2042	2.392.384	2.341.835 (b) (c)
2. BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	12.192	Outubro de 2042	631.973	400.417 (b) (c)
Total geral				<u>47.674</u>		<u>3.024.357</u>	<u>2.742.252</u>
Circulante							
Financiamentos						55.891	30.087
Custos de transação						<u>(3.444)</u>	<u>(3.253)</u>
						<u>52.447</u>	<u>26.834</u>
Não Circulante							
Financiamentos						3.016.140	2.759.850
Custos de transação						<u>(44.230)</u>	<u>(44.432)</u>
						<u>2.971.910</u>	<u>2.715.418</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

Garantias:

- (b) Garantia real
- (c) Fiança Corporativa da controladora CCR/ Suporte da CCR

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolso (não circulante)

	2018
2020	42.137
2021	46.071
2022	50.373
2023	55.076
2024 em diante	2.822.483
	<u>3.016.140</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de financiamentos, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas.

As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 09 de dezembro de 2015, foi assinado contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor total de R\$ 2.013.678, com vencimento em 15 de outubro de 2042, sendo R\$ 1.622.378 do Subcrédito A, R\$ 388.300 do Subcrédito B e R\$ 3.000 do Subcrédito C.

Os Subcréditos A e B serão remunerados pela TJLP + 3,18% a.a. e o Subcrédito C pela TJLP + 4%. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de abril de 2018 e 15 de outubro de 2042. Os juros foram capitalizados trimestralmente até 15 de março de 2018 e serão exigíveis mensalmente com as parcelas de amortização do principal.

O financiamento já foi totalmente liberado, restando apenas a liberação do subcrédito C.

Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado o 1º aditivo ao contrato, cujas principais alterações foram: substituição do suporte da CCR na Fase I pela fiança corporativa da CCR e a inclusão de restrição de redução de capital social.

2. Em 18 de dezembro de 2017, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 640.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e em Subcrédito único.

Os recursos são remunerados pela TJLP + 4% a.a.. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de agosto de 2019 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de julho de 2019 e mensalmente a partir de 15 de agosto de 2019.

As liberações já efetuadas do empréstimo (em moeda corrente), ocorreram conforme demonstrado abaixo:

Nº da liberação	Data da liberação	Valor
1ª	27/12/2017	R\$ 409.600
2ª	21/02/2018	R\$ 147.500
3ª	09/05/2018	R\$ 40.395
4ª	25/09/2018	R\$ 30.000
Total		R\$ 627.495

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ainda restam liberações a serem efetuadas, no montante nominal aproximado de R\$ 13.000.

3. Em 26 de dezembro de 2018, foi assinado contrato de financiamento com o BNDES, no valor nominal total de R\$ 400.000, com vencimento em 15 de outubro de 2042 e com Subcrédito único.

Os recursos são remunerados pela TJLP + 3,4% a.a.. O principal será pago em parcelas mensais entre 15 de fevereiro de 2021 e 15 de outubro de 2042. Os juros serão pagos trimestralmente até 15 de janeiro de 2021 e mensalmente a partir de 15 de fevereiro de 2021.

Não ocorreram liberações desse financiamento no exercício de 2018.

Os financiamentos descritos nos itens 1, 2 e 3, acima, contam com as seguintes garantias:

- (a) Cessão fiduciária do(s) direito(s):

- Ao recebimento da totalidade da receita tarifária, da contraprestação e das receitas extraordinárias;
- Emergentes do Contrato de PPP, exceto os valores relativos ao Aporte Público;
- Detidos contra o Banco Bradesco, banco depositário, relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes nas contas correntes de titularidade da Concessionária;
- Em face do Agente de Pagamento, emergentes do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas, celebrado entre Banco do Brasil (Agente de Pagamento), a Desenhahia e o Estado da Bahia, com adesão da Companhia;
- Oriundos do Contrato de Garantia firmado entre a Companhia, a CEF (Agente Financeiro), o Fundo Garantidor Baiano de Participações (representado pelo Desenhahia) e o Estado da Bahia;
- Em face do Agente de Liquidação, emergentes do contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Santander (Agente de Liquidação); e
- Em face aos Agentes Arrecadores, emergentes dos contratos celebrados individualmente entre a Companhia e a Prosegur, o Transcard, a Getnet, o Metropasse e a CEF.

- (b) Penhor de 100% das ações da Companhia, detidas pela CPC.

- (c) Fiança corporativa da CCR, até o final da liquidação dos contratos de financiamentos, pelo pagamento de todas as obrigações assumidas pelo Metrô Bahia.

A CCR será liberada da fiança corporativa após a observação por dois exercícios consecutivos completos, contados do início da Operação Plena do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (SMSL), do ICSD maior ou igual a 1,3, sendo que o ICSD é igual ao EBITDA Ajustado/Serviço da Dívida, e relação Patrimônio Líquido/Ativo maior ou igual a 20%.

A partir das demonstrações financeiras relativas ao primeiro exercício completo após o início da operação plena, cada apuração de ICSD $\leq 1,10$, acarretará acréscimo de 1 ano ao prazo de vigência da Fiança Corporativa.

Adicionalmente, os financiamentos também contam com os seguintes suportes da controladora CCR S.A.;

- (a) A partir da declaração de extinção da fiança corporativa, aportar recursos na conta reserva da concessionária, para restabelecer o saldo mínimo de reserva correspondente ao serviço da

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dívida dos três períodos seguintes, sempre que houver inadimplemento do Poder Concedente no pagamento da contraprestação pecuniária.

O suporte descrito acima se encerra após: (i) a observação por dois exercícios consecutivos completos, contados a partir da liberação da fiança corporativa, de ICSD Ajustado maior ou igual a 1,1, sendo que o ICSD Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado - Receita de Contraprestação/Serviço da Dívida; e (ii) quando for formalizado o procedimento a ser seguido para que os recursos arrecadados pelo Consórcio Transcard, que faz gestão do sistema de arrecadação operado pelos ônibus municipais, que sejam de direito do Metrô Bahia, sejam depositados na câmara de compensação.

As garantias prestadas pela Companhia, CPC e CCR serão compartilhadas entre os financiamentos celebrados com o BNDES.

Durante toda a vigência do contrato de longo prazo, a Concessionária não poderá distribuir quaisquer recursos à acionista ou a qualquer outra empresa integrante do seu grupo econômico, sob a forma de dividendos, à exceção dos dividendos mínimos legais, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida, redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, bem como pagamentos referentes a contratos com empresas do grupo econômico, exceto pelos contratos já negociados com o BNDES, caso ICSD seja inferior a 1,3.

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2018	Vencimento final	2018	2017
1. 2a Emissão - Série única	CDI + 2,20% a.a.	2,3889% (a)	3.614	-	Outubro de 2019	-	508.013 (c)
2. 3a Emissão - Série única	CDI + 3,95% a.a.	4,7293% (a)	2.965	-	Maio de 2018	-	216.145 (c)
3. 4a Emissão - Série única	120% do CDI	0,3095% (b)	1.603	471	Maio de 2020	125.940	252.062 (c)
4. 5a Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	2,0763% (a)	2.989	1.693	Novembro de 2019	402.974	- (c)
Total Geral				<u>2.164</u>		<u>528.914</u>	<u>976.220</u>
Circulante							
Debêntures						468.566	542.758
Custos de transação						(2.057)	(2.008)
						<u>466.509</u>	<u>540.750</u>
Não Circulante							
Debêntures						62.512	436.675
Custos de transação						(107)	(1.205)
						<u>62.405</u>	<u>435.470</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se a taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantia:

(c) Aval/fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária indireta.

Cronograma de desembolso (não circulante)

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018
2020	62.512

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente:

1. Em 21 de dezembro de 2018, a dívida foi quitada integralmente.
2. Em 7 de maio de 2018, foram liquidadas as debêntures da 3ª emissão, em sua data de vencimento.
3. Em 05 de maio de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, com valor nominal total de R\$ 250.000, em série única, com fiança corporativa da CCR e remuneração de 120% do CDI. O pagamento de juros será semestral a partir de 05 de novembro de 2017 e o principal será pago em parcelas anuais a partir de 05 de maio de 2020.

Há previsão de resgate antecipado total ou amortização extraordinária a qualquer momento, mediante pagamento de prêmio.

Ocorrerá o vencimento antecipado caso ocorra a distribuição de dividendos pela garantidora em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório, se a relação Dívida Líquida/EBITDA for superior a 4 vezes, exceto se a Garantidora optar por contratar e apresentar previamente ao agente fiduciário, carta (s) de fiança bancária no valor correspondente ao saldo da dívida, emitida por instituição financeira autorizada.

4. Em 7 de maio de 2018, foram integralizadas as debêntures da 5ª emissão, em série única, no valor nominal total de R\$ 400.000, com vencimento em 04 de novembro de 2019. A remuneração será de CDI + 1,50% a.a., sendo que os juros serão pagos semestralmente a partir de 04 de novembro de 2018 e o principal será pago no vencimento. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pela CCR na forma de fiança corporativa para 100% do saldo da dívida.

Ocorrerá o vencimento antecipado das debêntures, caso ocorra a distribuição de dividendos pela CCR, se a relação Dívida Líquida/EBITDA for superior a 4, exceto se apresentar carta de fiança bancária no valor do saldo devedor da emissão.

Esta emissão deverá ser obrigatoriamente resgatada ou amortizada antecipadamente em caso de contratação e desembolso de dívida de longo prazo para financiamento dos investimentos já efetuados.

14. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	162.462	219.728
Cauções e Retenções Contratuais	6.236	3.322
	168.698	223.050

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2017		2018			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	55	3.494	(51)	(3.500)	14	12
Trabalhistas e previdenciárias	-	545	(1)	(318)	9	235
	<u>55</u>	<u>4.039</u>	<u>(52)</u>	<u>(3.818)</u>	<u>23</u>	<u>247</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2018	2017
Cíveis e administrativos	1.127	2.048
Trabalhistas e previdenciárias	1.173	330
	<u>2.300</u>	<u>2.378</u>

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

No dia 31 de janeiro de 2018, foi realizado aumento de capital no valor de R\$ 247.000, dividido em 247.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, de acordo com a AGO realizada no dia 19 de dezembro de 2017.

Em 27 de setembro de 2018, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 263.000 dividido em 263.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 29 de novembro de 2018 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 305.000 com a emissão de 305.000.000 de novas ações ordinárias e sem valor nominal. Passando o capital social da Companhia a ser R\$ 1.570.342 dividido em 1.570.342.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

- *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado será transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro do exercício	40.292	1.931
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>1.076.556</u>	<u>865.644</u>
Lucro por ação (em reais - R\$)	0,03743	0,00223

17. Receitas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de construção (ICPC 01 R1)	504.901	1.781.345
Receita de contraprestação pecuniária - variável	28.659	15.686
Receitas de remuneração de ativo financeiro	250.147	270.291
Receitas metroviárias	217.148	90.743
Receitas acessórias	6.214	1.690
Receita bruta	<u>1.007.069</u>	<u>2.159.755</u>
Impostos sobre receitas	(888)	(232)
Devoluções e abatimentos	(13)	-
Deduções das receitas brutas	<u>(901)</u>	<u>(232)</u>
Receita líquida	<u><u>1.006.168</u></u>	<u><u>2.159.523</u></u>

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(355.389)	(323.139)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(20.592)	(22.507)
Juros e variações monetárias sobre mútuo	(178)	(48.698)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(44)	(19)
Capitalização de custos dos empréstimos	237.615	248.052
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(5.940)	(8.717)
	(144.528)	(155.028)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	5.161	11.866
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	278	15
Juros e outras receitas financeiras	1.296	2.831
	6.735	14.712
Resultado financeiro	(137.793)	(140.316)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora da Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia conforme o quadro a seguir:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2018				2017			
	Valor justo através do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado abrangente	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos								
Caixa e bancos	-	2.277	-	-	-	2.134	-	-
Aplicações financeiras	-	78.024	-	-	-	27.174	-	-
Contas a receber	-	-	30.923	-	-	-	7.221	-
Ativo financeiro	-	-	2.020.735	-	-	-	2.038.785	-
Contas a receber - operações de derivativos	72	-	-	-	2.770	-	-	-
Adiantamento a fornecedor (b)	-	-	56.193	-	-	-	88.275	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	227	-	-	-	51	-
Passivos								
Debêntures (a)	-	-	-	(528.914)	-	-	-	(976.220)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	-	(3.024.357)	-	-	-	(2.742.252)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	(172.287)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	(169.026)	-	-	-	(229.319)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	-	(6.300)	-	-	-	(971)
Contas a pagar - operações de derivativos	(832)	-	-	-	(182)	-	-	-
	(760)	78.024	2.108.078	(3.728.597)	2.588	27.174	2.134.332	(4.121.049)

(a) Valores líquidos do custo de transação

(b) Estes adiantamentos a fornecedor deverão ser convertidos em ativos financeiros.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores – partes relacionadas, mútuos - partes relacionadas e ativo financeiro** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor. Os mútuos foram acordados com base em taxas de mercado.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos:** Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Financiamentos em moeda nacional** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	531.078	537.420	979.433	1.000.893

- (a) Valor bruto do custo de transação.
 (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	2018	2017
Nível 2:		
Aplicações financeiras	78.024	27.174
Derivativos a receber / (a pagar)	(760)	2.588

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e dos fluxos de pagamentos futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio de resultado.

A Companhia contratou NDF's para proteção contra a variação cambial de futuras aquisições de equipamentos.

Todos os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos contratados para a Companhia:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado				Ganho/(Perda) em resultado abrangente				
				Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/ (recebidos)		Valores a pagar/ (pagos)		Ganho/(Perda) em resultado abrangente		
				2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	
<u>NDFs</u>																		
Posição ativa	BTG Pactual	30/11/2018	01/03/2019 (2)	USD	4.903	-	18.998	-	31	-	-	-	31	-	-	31	-	
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 3,8800														
Posição ativa	Itaú Unibanco	28/09/2018	01/02/2019 (2)	USD	1.362	6.000	5.277	19.848	(281)	-	-	-	-	69	(281)	-	(350)	
Posição passiva				Taxa forward de USD de R\$ 4,0855														
Posição ativa	Merrill Lynch	29/06/2018	01/02/2019 (2)	EUR	3.571	2.015	15.852	7.998	(510)	-	-	-	41	203	(551)	-	(713)	
Posição passiva				Taxa forward de EUR de R\$ 4,4115 e R\$ 4,6590														
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO							40.127	27.846	(760)	-	-	-	72	272	(832)	-	(1.032)	
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017										-	2.588	13.860	(66.577)	-	2.498	-	(182)	11.544
TOTAL DAS OPERAÇÕES							(760)	2.588	13.860	(66.577)	72	2.770	(832)	(182)	10.512	(10.048)		

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.
- (2) Refere-se a contratos que englobam várias *NDF's* com vencimentos e valores nominais distintos conforme indicado abaixo:

Contraparte	Vencimento	Nocional em Taxa <i>forward</i>	
		US\$ mil	(R\$/US\$)
BTG Pactual	01/03/2019	4.903	3,8800
Itaú Unibanco	01/02/2019	1.362	4,0855

Contraparte	Vencimento	Nocional em Taxa <i>forward</i>	
		EUR mil	(R\$/EUR)
Merrill Lynch	01/02/2019	1.121	4,4115
Merrill Lynch	02/01/2019	2.450	4,6590

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de derivativos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos em Dólar	Março de 2019	24.276	Aumento da cotação do USD	-	(5.757)	(11.826)
<i>Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro</i>	Março de 2019	(24.276)	Diminuição da cotação do USD	-	5.757	11.826
Compromissos em Euro	Fevereiro de 2019	4.976	Aumento da cotação do Euro	-	(1.275)	(2.519)
<i>Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro</i>	Fevereiro de 2019	(4.976)	Diminuição da cotação do Euro	-	1.275	2.519
			Efeito de Ganho ou (Perda)	-	-	-
Moedas em 31/12/2018:						
		Dólar ⁽²⁾		3,8748	4,8435	5,8122
		Euro ⁽²⁾		4,4390	5,5488	6,6585

- (1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.
- (2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2018, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 4ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Mai de 2020	126.412	(9.769)	(12.211)	(14.653)
Debêntures - 5ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2019	404.666	(32.357)	(40.446)	(48.535)
BNDES	TJLP ⁽⁵⁾	Outubro de 2042	3.072.031	(322.032)	(376.464)	(430.908)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		57.910	3.662	4.577	5.493
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		12.150	767	958	1.150
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁴⁾⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		7.964	502	627	753
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(359.227)</u>	<u>(422.959)</u>	<u>(486.700)</u>

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	6,40%	8,00%	9,60%
TJLP ⁽³⁾	6,98%	8,73%	10,47%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pelo BNDES;
- (4) Saldo líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há aumento de receita financeira;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP de 6 meses); e
- (7) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Abaixo estão demonstradas movimentações de ativos e passivos que não afetaram o caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos respectivos exercícios. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamento a fornecedores	-	(236.690)
Fornecedores	(8.802)	-
Fornecedores - partes relacionadas	4.916	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(3.886)</u>	<u>(236.690)</u>
Adições ao ativo intangível	3.886	-
Outros de ativo intangível	-	236.690
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>3.886</u>	<u>236.690</u>

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Mútuos com partes relacionadas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(2.742.252)	(976.220)	(172.287)	(755.342)	(4.646.101)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captações (líquidas dos custos de transação)	(214.416)	(396.898)	-	-	(611.314)
Aumento de Capital	-	-	-	(815.000)	(815.000)
Pagamentos de principal e juros	224.699	927.797	175.537	-	1.328.033
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>10.283</u>	<u>530.899</u>	<u>175.537</u>	<u>(815.000)</u>	<u>(98.281)</u>
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(292.388)	(83.593)	(178)	-	(376.159)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(3.072)	-	(3.072)
Total das outras variações	<u>(292.388)</u>	<u>(83.593)</u>	<u>(3.250)</u>	<u>-</u>	<u>(379.231)</u>
Saldo Final	<u>(3.024.357)</u>	<u>(528.914)</u>	<u>-</u>	<u>(1.570.342)</u>	<u>(5.123.613)</u>

21. Evento subsequente

- **TAM 6**

Em 07 de fevereiro de 2019, foi assinado o Termo Aditivo nº 6 ao Contrato de Concessão, cujas principais alterações foram:

- Adequação do projeto de implantação do Pátio de estacionamento Aeroporto, cujos impactos econômicos financeiros serão contemplados e quantificados em aditamento contratual superveniente;
- Incorporação de investimentos adicionais, já realizados, referentes a (i) prolongamento das coberturas das passarelas da Estação CAB e Estação Pituçu, incluindo ponto de ônibus, e (ii) alça viária entre a Avenida Pinto de Aguiar e Túnel da Avenida Gal Costa;
- Adequação do projeto de implantação do Terminal de Integração Aeroporto: ampliação de 9 para 21 baias;
- Incorporação de investimentos adicionais referentes à execução de áreas de estoques para ônibus contíguos ou próximos aos Terminais de Integração Pirajá, Acesso Norte e Mussurunga;

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Reequilíbrios econômico-financeiro do Contrato em decorrência de investimentos acima mencionados a serem pagos entre os meses de fevereiro e agosto de 2019 (R\$ 47.167 – base 04/2013);
- Reprogramação de alguns eventos de aportes e de marcos operacionais;
- Inclusão da operação transitória do Marco Operacional 7 do SMSL que consiste, entre outras questões, na construção do terminal de Integração Rodoviária Sul previsto originalmente no Marco Operacional 3;
- Redefinições de obrigações para início da operação plena.

- **Liberação de recursos do BNDES**

Em 14 de fevereiro de 2019, ocorreu a liberação integral de contrato de financiamento com o BNDES assinado em 26 de dezembro de 2018, no valor nominal total de R\$ 400.000, em subcrédito único, com vencimento final em 15 de outubro de 2042 e remunerado pela TJLP + 3,4% a.a..

Os juros serão pagos trimestralmente entre abril de 2019 e janeiro de 2021 e mensalmente a partir de fevereiro de 2021, data em que se inicia a amortização do principal, em parcelas mensais, até 15 de outubro de 2042.

Este financiamento compartilha as mesmas garantias dos financiamentos com o BNDES contratados em 9 de dezembro de 2015 e 18 de dezembro de 2017, divulgados na nota explicativa 12, itens 1 e 2.

- **Liquidação de debêntures**

Em 19 de fevereiro de 2019, a 5ª emissão de debêntures do Metrô Bahia foi integralmente liquidada antecipadamente.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Rodolfo Daniel Gonzalez
Roberto Vollmer Labarthe

Diretor Presidente
Diretor Administrativo Financeiro

Composição do Conselho de Administração

Eduardo de Toledo
Arthur Piotto Filho
Paulo Yukio Fukuzaki

Conselheiro
Conselheiro
Conselheiro

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3 S/BA